	Euros	
5.2 — Aulas (mensalidade individual para duas aulas por semana)	13	
6 — Cedência de espaços:		
6.1 — Associações/colectividades com prática regular federada de natação (um período):		
6.1.2 — Uma pista para treinos de natação:		
6.1.2.1 — Colectividades pertencentes ao concelho . . .	3	
6.1.2.2 — Colectividades não pertencentes ao concelho	7	
6.2 — Aulas da escola de ensino oficial público e privado de educação física e ou desporto escolar (um período):		
6.2.1 — Uma pista	4	
6.2.2 — Tanque de aprendizagem	5	
6.3 — Outras associações/colectividades (um período):		
6.3.1 — Com utilização regular:		
6.3.1.1 — Uma pista	4	
6.3.1.2 — Tanque de aprendizagem	5	
6.3.1 — Com utilização pontual (um período):		
6.3.2.1 — Uma pista	10	
6.3.2.2 — Tanque de aprendizagem	15	
6.3.2.3 — Aula com orientação de um professor da Escola Municipal de Natação	30	
7 — Regime livre (validade para a época em curso):		
7.1 — Até aos 5 anos, inclusive, desde que acompanhados por um adulto com entrada paga	Grátis	
7.2 — Dos 6 aos 17 anos:		
7.2.1 — Um período	1,50	
7.2.2 — 10 períodos	12	
7.2.3 — Livre trânsito (31 períodos)	30	
7.3 — Maiores de 17 anos:		
7.3.1 — Um período	2	
7.3.2 — 10 períodos	16	
7.3.3 — Livre trânsito (31 períodos)	40	
8 — Cartão empresa mensal:		
8.1 — Duas pistas — um período/semana (de segunda-feira a sexta-feira — até às 17 horas)	40	
8.2 — Duas pistas — um período/semana (sábado e domingo)	50	
9 — Serviços mistos (piscina+sala multiusos):		
9.1 — Aulas (mensalidade para duas aulas por semana)	25	
9.2 — Aulas (mensalidade para três aulas por semana)	35	
10 — Cursos intensivos (adaptação, aprendizagem e aperfeiçoamento — dos 4 aos 17 anos):		
10.1 — Aulas (mensalidade para cinco aulas por semana)	35	
11 — Reserva de espaço (sala multiusos):		
11.1 — Para aulas de actividade física (um período) . . .	25	
11.2 — Para acções de formação ou outras:		
11.2.1 — Um período	40	
11.2.2 — Um dia	60	
12 — Descontos:		
12.1 — Agregado familiar (igual ou superior a três elementos)	25%/cada	
12.2 — Segunda modalidade (as constantes nos n.ºs 2 e 3 da tabela de taxas)	50%	
12.3 — Regime livre:		
12.3.1 — Horário verde (segunda-feira a sexta-feira — até às 17 horas e 30 minutos)	15%	
12.3.2 — Horário amarelo (segunda-feira a sexta-feira — período da noite)	25%	
12.3.3 — Sábado, período da tarde, e domingo	50%	

Notas

1.ª A taxa de inscrição/revalidação é obrigatória para todos os utentes das piscinas.

2.ª Nas aulas de grupo I:

Por cada 10 alunos inscritos, poder-se-ão inscrever mais 2 alunos com as mensalidades gratuitas;

O número mínimo para o funcionamento desta classe é de 10 alunos, sendo o máximo de alunos inscritos permitido por classe de 18;

No caso de haver classes com menos de 10 alunos inscritos, ficam estas sujeitas a um pagamento mínimo correspondente a 10 alunos;

Nas classes com alunos de idade inferior a 4 anos, é obrigatória a presença de duas auxiliares na água;

Nas classes com alunos de idade superior a 4 anos é obrigatória a presença permanente de uma auxiliar no cais da piscina.

3.ª Nas aulas de grupo II:

Os alunos deverão ter idade igual ou superior a 15 anos;

O número mínimo para o funcionamento desta classe é de 8 alunos, sendo o máximo de alunos inscritos permitido por classe de 16;

As classes com menos de oito alunos inscritos ficam sujeitas a um pagamento mínimo correspondente a oito alunos.

4.ª Lotação:

No n.º 2.1 da tabela de taxas apenas serão aceites 12 alunos por classe;

Nos n.ºs 2.2 e 10 da tabela de taxas apenas serão aceites 18 alunos por classe;

No n.º 2.3 da tabela de taxas apenas serão aceites 12 alunos por classe;

No n.º 3 da tabela de taxas apenas serão aceites oito alunos por pista disponível;

No n.º 6 da tabela de taxas apenas serão aceites 12 alunos por pista ou 24 alunos no tanque de aprendizagem;

No n.º 7 da tabela de taxas apenas serão aceites oito utentes por pista;

No n.º 8 da tabela de taxas apenas serão aceites 18 utentes por cada período;

A Câmara Municipal, sempre que entender, sem prejuízo da qualidade dos serviços, pode alterar a lotação dos serviços referidos anteriormente.

5.ª Os utentes de regime livre estão sujeitos ao espaço e horário disponíveis para este serviço, estando esta disponibilidade sujeita a alterações sem aviso prévio.

6.ª No n.º 6.1 da tabela de taxas é obrigatória a apresentação de comprovativo passado pelo clube e pela Associação de Natação de Aveiro ou outra, bem como o comprovativo do seguro desportivo dos atletas.

7.ª Entende-se por mensalidade o período que medeia entre o dia 1 e o último dia de cada mês.

8.ª Todos os serviços são compostos por períodos de quarenta e cinco minutos, exceptuando a adaptação ao meio aquático para bebés, que tem uma duração de trinta minutos.

9.ª Nos casos em que se aplicarem meias mensalidades (metade do período mensal), a taxa será 60% do valor da respectiva mensalidade.

10.ª Os descontos não são acumuláveis.

CÂMARA MUNICIPAL DE AROUCA

Aviso n.º 9501/2007

Processo n.º 13/2007/SP

1 — Nos termos do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local por força e com as adaptações do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, por despacho do vereador com competência delegada na matéria de 17 de Abril de 2007, se encontra aberto concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar da categoria de técnico principal, integrada na carreira de técnico, engenheiro técnico civil, do grupo de pessoal técnico, do quadro próprio deste município.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para a vaga em concurso, esgotando-se com o preenchimento do lugar.

3 — Conteúdo funcional — compete ao titular do lugar a prover, genericamente, as funções constantes no despacho n.º 6871/2002.

4 — Serviço/local de trabalho — as funções correspondentes ao lugar em concurso serão desempenhadas na Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente, no edifício dos Paços do Município.

5 — Remunerações e outras condições de trabalho — o titular do lugar a prover será remunerado pelo índice 400, escalão 1, constante do anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, a que corresponde o vencimento ilíquido de € 1307, sendo-lhe aplicável, no que concerne às regalias sociais e condições de trabalho, as normas genericamente vigentes para os funcionários da administração local;

6 — Requisitos de admissão — são admitidos ao concurso apenas os candidatos que reúnam os seguintes requisitos:

a) Gerais — definidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Especiais — funcionários titulares da categoria de técnico de 1.ª classe, engenheiro técnico civil com, pelo menos, três anos na categoria e classificação de serviço não inferior a *Bom*, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, 18 de Dezembro.

7 — Apresentação de candidaturas:

7.1 — Prazo — o prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

7.2 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido ao presidente da Câmara

Municipal de Arouca, entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 7.1, à Câmara Municipal de Arouca, Praça do Município, 4544-001 Arouca, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado civil, profissão, residência, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número fiscal de contribuinte e número de telefone);

b) Lugar a que se candidata referenciando a data de publicação do respectivo aviso;

c) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas.

7.2.1 — Documento exigidos — o requerimento de admissão deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Declaração emitida pelo serviço de origem, da qual conste, inequivocamente, a natureza de vínculo, a antiguidade na actual categoria, a classificação de serviço atribuída ao candidato no período mínimo exigível;

b) *Curriculum vitae* devidamente datado e assinado.

7.2.2 — Os funcionários pertencentes à Câmara Municipal de Arouca ficam dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos exigidos na alínea a) do número anterior.

7.2.3 — Para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a apresentação ou a entrega de documento falso implica a participação à autoridade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

8 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar é a avaliação curricular complementada com entrevista.

9 — Sistema de classificação:

9.1 — A classificação final dos candidatos será expressa numa escala de 0 a 20 valores.

9.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão das actas de reuniões do júri do concurso, que serão facultadas aos candidatos que as solicitarem.

10 — Afixação das listas — a relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas, para consulta, no átrio do edifício dos Paços do Município.

11 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. Ângelo Alberto Campelo de Sousa, vereador. Vogais efectivos:

1.º Engenheira Maria da Glória Morais Ferreira Leite, chefe de divisão.

2.º Engenheira Maria do Rosário Jesus Rocha Amorim Amador, técnica superior, sendo designado o 1.º vogal efectivo para substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Vogais suplentes:

1.º Engenheiro Norberto Augusto Rodrigues de Castro, técnico superior.

2.º Engenheiro José Carlos Martins de Andrade, técnico.

3 de Maio de 2007. — O Presidente do Júri, *Ângelo Alberto Campelo de Sousa*.

2611015105

CÂMARA MUNICIPAL DE ARRAIOLOS

Aviso n.º 9502/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho proferido em 24 de Janeiro de 2007, e conforme competência prevista pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi renovada a comissão de serviço da chefe da Divisão Administrativa e Financeira Marcolina Maria Ratinho da Fazenda, nos termos dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, por mais três anos, com início em 20 de Abril de 2007.

18 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *Jerónimo José Correia dos Loios*.

2611015083

Aviso n.º 9503/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Abril de 2007, foi nomeado definitivamente, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro,

aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, na sequência de concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar da carreira de encarregado geral, do grupo de chefia do pessoal operário, o candidato aprovado e classificado em 1.º lugar no referido concurso Manuel Maria Cravinho Santana.

A aceitação da respectiva nomeação decorrerá no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (A presente nomeação não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *Jerónimo José Correia dos Loios*.

2611015150

CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO

Aviso (extracto) n.º 9504/2007

Torna-se público o meu despacho de 1 de Março de 2007, o qual determinou a nomeação para o lugar de chefe de armazém, em regime de substituição, do fiel de armazém António Joaquim Borges Bastos, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a 1 de Março de 2007, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro.

12 de Março de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Humberto Carvalho*.

2611015100

Aviso (extracto) n.º 9505/2007

Torna-se público o meu despacho de 24 de Abril de 2007, o qual determinou a nomeação, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, para a categoria de encarregado dos serviços de higiene e limpeza, escalão 1, índice 244, da tabela de vencimentos, na sequência de concurso externo de ingresso, publicado no *Diário da República*, 2.ª série (parte especial), n.º 144, de 27 de Julho de 2006, dos candidatos Joaquim João Guerreiro Silva, Paula Susana Ameixoeiro Coelho, José Joaquim Mata Figueira e Carlos José Rocha Torres.

O prazo de aceitação da nomeação é de 20 dias a contar da data da sua publicação no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Humberto de Carvalho*.

2611015124

CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA

Aviso (extracto) n.º 9506/2007

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, nesta data, por despacho do vereador do pelouro de recursos humanos, no uso da competência delegada, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do diploma supra-referido, foi nomeada na categoria de especialista de informática do grau 2 (nível 1) Palmira da Conceição Prazeres Martins (escalão 1, índice 600), aprovada no concurso interno de acesso limitado.

A funcionária deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso, conforme disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia.)

11 de Maio de 2007. — O Vereador do Pelouro de Recursos Humanos, *Francisco António Braz Caixinha*.

2611015096

CÂMARA MUNICIPAL DO CARTAXO

Aviso n.º 9507/2007

Alteração de licença de operação de loteamento Discussão pública

Francisco José Silvério Casimiro, licenciado em Engenharia Química e vereador da Câmara Municipal do Cartaxo, torna público que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, decorre, por um prazo de 15 dias a contar do 8.º dia após a publicação do presente aviso